



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 495, DE 2000

(Do Sr. Eduardo Jorge e outros)

Convoca Plebiscito sobre a criação do Território Federal do Alto Rio Negro.

(ÀS COMISSÕES DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas realizará dentro de seis meses , plebiscito nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e Japurá, sobre a criação do Território Federal do Alto Rio Negro, pelo desmembramento do Estado do Amazonas.

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas para a organização, realização, apuração, fiscalização e proclamação do resultado do Plebiscito.

Art. 3º Proclamando o resultado do plebiscito, e no caso de manifestação favorável, projeto de lei complementar será apresentado em uma das Casas do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 18 da Constituição Federal, determinando a oitiva da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, a qual disporá de 3 (três) meses, contados a partir da publicação do ato, para preceder à audiência de seus membros sobre a medida.

§ 1º Deliberada a matéria, a Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco participará o resultado ao Congresso Nacional, no prazo de 3 (três) dias úteis, para fins de cumprimento do que estabelece o inciso VI do art. 48 da Constituição Federal.

§ 2º Não procedida à deliberação pela Assembléia Legislativa, ou não ultimada a comunicação do resultado nos prazos estabelecidos, o Congresso Nacional considerará atendidas as exigências constitucionais.

Art. 4º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Estudos Territoriais criada pelo Congresso Nacional a partir da revisão do art. 12 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ofereceu conclusões no sentido da necessidade da criação de novas entidades federativas na Amazônia Legal, como forma de realizar o desenvolvimento regional, um objetivo fundamental da República Brasileira.

A Lei nº 9709/98, que regulamentou, entre outros, o instituto do plebiscito com base no disposto no artigo 14, caput, da Constituição, preceitua no seu art. 3º que o diploma legal mediante o qual o Congresso Nacional convoca plebiscito é o Decreto Legislativo com a iniciativa de, no mínimo, um terço dos membros que compõem a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal.

O Estado do Amazonas é um gigante com cerca de 1.600.000 km² com uma população que não chega a 3 milhões de habitantes, sendo que 60 % dela está concentrada em Manaus. Esta população rarefeita, concentrada na capital, já é prova por si só da dificuldade do Estado ocupar de forma equilibrada e desenvolver de forma ecológica e sustentada esta imensa área do Brasil.

Uma região particularmente carente da presença do Estado é a região do Alto Rio Negro, com mais de 346.302 km². Seu Município mais importante, São Gabriel da Cachoeira, dista 4 dias de barco da capital, tem 40.000 habitantes em uma área de 112.000 km², portanto, maior que o Estado de Pernambuco.

É uma região de fronteira com vastos recursos naturais a serem protegidos e preservados.

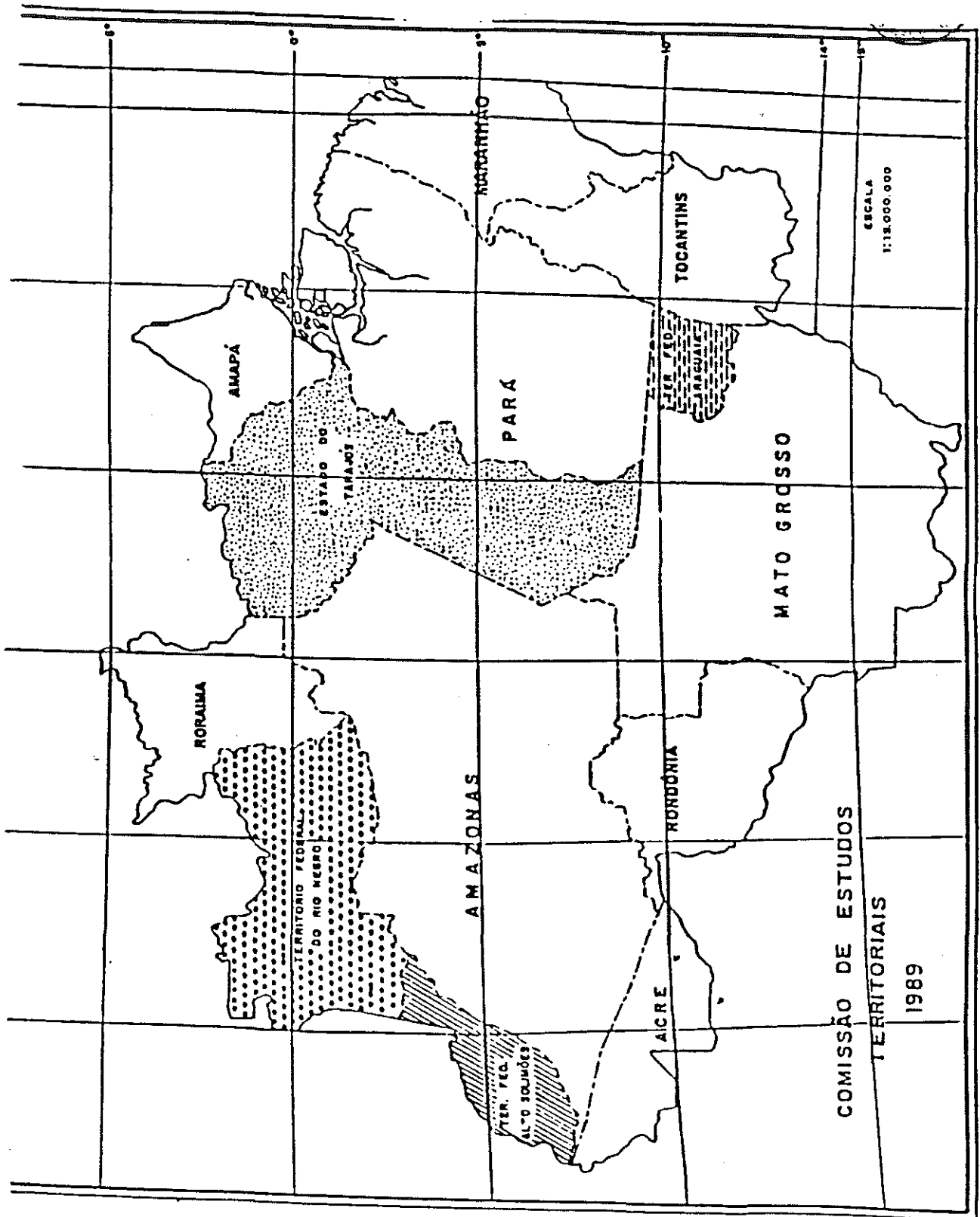
A principal, talvez única efetiva, presença do poder público é a proporcionada pelo Exército Nacional, por meio de unidades militares, construção de estradas e assistência à saúde.

Julgo ser evidente que não é o caso da criação de um novo Estado com todos os gastos administrativos que isto implica (tribunais, assembléia legislativa, tribunal de contas etc) e diante da total falta de condições de auto sustentação orçamentária. Assim, o território federal colocando a região sob responsabilidade do Governo Federal, do conjunto dos Estados, por meio do Congresso Nacional é, a meu ver, a fórmula adequada de fazer chegar à região, mais recursos e, ao mesmo tempo, colocá-la sob um planejamento de longo prazo sem que sofra pressões de utilização imediatistas que podem ser prejudiciais ao frágil equilíbrio ambiental da região.

Sala das sessões 31 de maio de 2000.



Deputado Eduardo Jorge PT/SP



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM - SECAP (7503)

Conferência de Assinaturas

09/06/00 14:31:01

Página: 001

Tipo da Proposição: PDC**Autor da Proposição:** EDUARDO JORGE E OUTROS**Data de Apresentação:** 31/05/00**Ementa:** Convoca plebiscito sobre a criação do Território Federal do Alto Rio Negro.**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM**Totais de Assinaturas:**

Confirmadas	174
Não Conferem	006
Licenciados	001
Repetidas	000
Ilegíveis	000
Retiradas	000

Assinaturas Confirmadas

1	ADEMIR LUCAS	PSDB	MG
2	AGNALDO MUNIZ	PPS	RO
3	AGNELO QUEIROZ	PCdoB	DF
4	AIRTON DIPP	PDT	RS
5	AIRTON ROVEDA	PSDB	PR
6	ALBÉRICO CORDEIRO	PTB	AL
7	ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP
8	ALCEU COLLARES	PDT	RS
9	ALEX CANZIANI	PSDB	PR
10	ALMEIDA DE JESUS	PL	CE
11	ALMERINDA DE CARVALHO	PFL	RJ
12	ALOIZIO MERCADANTE	PT	SP
13	ANGELA GUADAGNIN	PT	SP
14	ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC
15	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP
16	ANTONIO KANDIR	PSDB	SP
17	ANTONIO PALOCCI	PT	SP
18	ARMANDO ABÍLIO	PMDB	PB
19	ARY KARA	PPB	SP
20	ÁTILA LINS	PFL	AM

21	AVENZOAR ARRUDA	PT	PB
22	AYRTON XERÊZ	PPS	RJ
23	BADU PICAÑO	PSDB	AP
24	BEN-HUR FERREIRA	PT	MS
25	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
26	CAIO RIELA	PTB	RS
27	CARLITO MERSS	PT	SC
28	CARLOS DUNGA	PMDB	PB
29	CARLOS MOSCONI	PSDB	MG
30	CELSO GIGLIO	PTB	SP
31	CELSO RUSSOMANNO	PPB	SP
32	CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG
33	CONFÚCIO MOURA	PMDB	RO
34	CORIOIANO SALES	PMDB	BA
35	CUNHA BUENO	PPB	SP
36	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
37	DE VELASCO	PSL	SP
38	DR. EVILÁSIO	PSB	SP
39	DR. HÉLIO	PDT	SP
40	DR. ROSINHA	PT	PR
41	DUILIO PISANESCHI	PTB	SP
42	EBER SILVA	PDT	RJ
43	EDINHO ARAÚJO	PPS	SP
44	EDISON ANDRINO	PMDB	SC
45	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
46	EDUARDO JORGE	PT	SP
47	EDUARDO PAES	PTB	RJ
48	EDUARDO SEABRA	PTB	AP
49	EFRAIM MORAIS	PFL	PB
50	EMERSON KAPAZ	PPS	SP
51	ENIO BACCI	PDT	RS
52	ESTHER GROSSI	PT	RS
53	EULER MORAIS	PMDB	GO
54	EURICO MIRANDA	PPB	RJ
55	FERNANDO CORUJA	PDT	SC
56	FERNANDO FERRO	PT	PE
57	FERNANDO GABEIRA	PV	RJ
58	FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ
59	FERNANDO MARRONI	PT	RS
60	FEU ROSA	PSDB	ES
61	FLÁVIO ARNS	PSDB	PR
62	GERALDO MAGELA	PT	DF
63	GERALDO SIMÕES	PT	BA
64	GILMAR MACHADO	PT	MG
65	GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA
66	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE

67	HENRIQUE FONTANA	PT	RS
68	IARA BERNARDI	PT	SP
69	INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE
70	INALDO LEITÃO	PSDB	PB
71	JAIR BOLSONARO	PPB	RJ
72	JAIR MENEGUELLI	PT	SP
73	JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ
74	JAQUES WAGNER	PT	BA
75	JOÃO COSER	PT	ES
76	JOÃO FASSARELLA	PT	MG
77	JOÃO GRANDÃO	PT	MS
78	JOÃO HERRMANN NETO	PPS	SP
79	JOÃO LEÃO	PSDB	BA
80	JOÃO MAGNO	PT	MG
81	JOÃO MATOS	PMDB	SC
82	JOÃO PAULO	PT	SP
83	JOÃO RIBEIRO	PFL	TO
84	JOÃO TOTA	PPB	AC
85	JOAQUIM BRITO	PT	AL
86	JOSÉ ANTONIO ALMEIDA	PSB	MA
87	JOSÉ CARLOS COUTINHO	PFL	RJ
88	JOSÉ DIRCEU	PT	SP
89	JOSÉ GENOÍNO	PT	SP
90	JOSÉ MACHADO	PT	SP
91	JOSÉ PIMENTEL	PT	CE
92	JOSÉ ROBERTO BATOCHIO	PDT	SP
93	JÚLIO DELGADO	PMDB	MG
94	JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP
95	JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA
96	LAURA CARNEIRO	PFL	RJ
97	LAVOISIER MAIA	PFL	RN
98	LEUR LOMANTO	PFL	BA
99	LIDIA QUINAN	PSDB	GO
100	LINCOLN PORTELA	PSL	MG
101	LUCI CHOINACKI	PT	SC
102	LUCIANO PIZZATTO	PFL	PR
103	LUIS BARBOSA	PFL	RR
104	LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO
105	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR
106	LUIZ PIAUHYLINO	PSDB	PE
107	LUIZ SÉRGIO	PT	RJ
108	LUIZA ERUNDINA	PSB	SP
109	MARCELO DÉDA	PT	SE
110	MÁRCIO MATOS	PT	PR
111	MARCONDES GADELHA	PFL	PB
112	MARCOS AFONSO	PT	AC

113	MARIA ABADIA	PSDB	DF
114	MARIA DO CARMO LARA	PT	MG
115	MARINHA RAUPP	PSDB	RO
116	MARISA SERRANO	PSDB	MS
117	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE
118	MEDEIROS	PFL	SP
119	MILTON TEMER	PT	RJ
120	MIRIAM REID	PDT	RJ
121	MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ
122	MORONI TORGAN	PFL	CE
123	NAIR XAVIER LOBO	PMDB	GO
124	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
125	NELSON OTOCH	PSDB	CE
126	NEY LOPES	PFL	RN
127	NILSON MOURÃO	PT	AC
128	OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS
129	OSVALDO SOBRINHO	PTB	MT
130	PADRE ROQUE	PT	PR
131	PAULO KOBAYASHI	PSDB	SP
132	PAULO LIMA	PMDB	SP
133	PAULO PAIM	PT	RS
134	PEDRO CELSO	PT	DF
135	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
136	PEDRO VALADARES	PSB	SE
137	PEDRO WILSON	PT	GO
138	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
139	PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP
140	RAFAEL GUERRA	PSDB	MG
141	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE
142	REGIS CAVALCANTE	PPS	AL
143	RENILDO LEAL	PTB	PA
144	RICARDO BERZOINI	PT	SP
145	RICARDO FERRAÇO	PSDB	ES
146	RITA CAMATA	PMDB	ES
147	ROBERTO ARGENTA	PHS	RS
148	RONALDO CEZAR COELHO	PSDB	RJ
149	SALVADOR ZIMBALDI	PSDB	SP
150	SAULO PEDROSA	PSDB	BA
151	SERAFIM VENZON	PDT	SC
152	SÉRGIO MIRANDA	PCdoB	MG
153	SEVERINO CAVALCANTI	PPB	PE
154	SILVIO TORRES	PSDB	SP
155	SIMÃO SESSIM	PPB	RJ
156	TELMA DE SOUZA	PT	SP
157	TETÉ BEZERRA	PMDB	MT
158	THEMÍSTOCLES SAMPAIO	PMDB	PI

159	UBIRATAN AGUIAR	PSDB	CE
160	URSICINO QUEIROZ	PFL	BA
161	VALDECI OLIVEIRA	PT	RS
162	VALDIR GANZER	PT	PA
163	VILMAR ROCHA	PFL	GO
164	VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG
165	VIVALDO BARBOSA	PDT	RJ
166	WALDIR PIRES	PT	BA
167	WALDOMIRO FIORAVANTE	PT	RS
168	WALTER PINHEIRO	PT	BA
169	WELLINGTON DIAS	PT	PI
170	XICO GRAZIANO	PSDB	SP
171	YEDA CRUSIUS	PSDB	RS
172	ZAIRE REZENDE	PMDB	MG
173	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA
174	ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP

Assinaturas que Não Conferem

1	ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ
2	ARNALDO FARIA DE SÁ	PPB	SP
3	DR. BENEDITO DIAS	PPB	AP
4	JORGE ALBERTO	PMDB	SE
5	JORGE BITTAR	PT	RJ
6	NELSON MARCHEZAN	PSDB	RS

Assinaturas de Deputados(as) Licenciados(as)

1	ALVARO GAUDENCIO NETO	PFL	PB
---	-----------------------	-----	----

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Seção de Registro e Controle e de Análise de Proposição

Ofício nº 157 / 00

Brasília, 5 de junho de 2000.

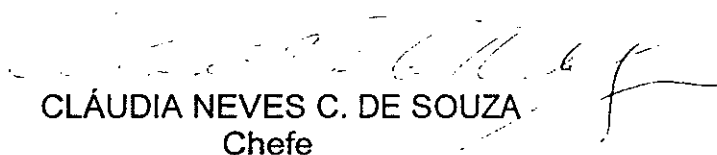
Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que o Projeto de Decreto Legislativo do Sr. Deputado EDUARDO JORGE E OUTROS, que "**Convoca**

plebiscito sobre a criação do Território Federal do Alto Rio Negro", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

174 assinaturas confirmadas;
006 assinaturas não confirmadas;
001 deputado licenciado;
nenhuma assinatura repetida;
nenhuma assinatura ilegível.

Atenciosamente,


CLÁUDIA NEVES C. DE SOUZA
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA
Secretário-Geral da Mesa
N E S T A

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CeDI

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

.....

TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

.....

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

.....

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

.....

§ 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

.....

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

.....

Seção II Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos artigos 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

- IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;
 - V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;
 - VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;
 - VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;
 - VIII - concessão de anistia;
-

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 12. Será criada, dentro de noventa dias da promulgação da Constituição, Comissão de Estudos Territoriais, com dez membros indicados pelo Congresso Nacional e cinco pelo Poder Executivo, com a finalidade de apresentar estudos sobre o território nacional e anteprojetos relativos a novas unidades territoriais, notadamente na Amazônia Legal e em áreas pendentes de solução.

§ 1º No prazo de um ano, a Comissão submeterá ao Congresso Nacional os resultados de seus estudos para, nos termos da Constituição, serem apreciados nos doze meses subseqüentes, extinguindo-se logo após.

§ 2º Os Estados e os Municípios deverão, no prazo de três anos, a contar da promulgação da Constituição, promover, mediante acordo ou arbitramento, a demarcação de suas linhas divisórias atualmente litigiosas, podendo para isso fazer alterações e compensações de área que atendam aos acidentes naturais, critérios históricos, conveniências administrativas e comodidade das populações limítrofes.

§ 3º Havendo solicitação dos Estados e Municípios interessados, a União poderá encarregar-se dos trabalhos demarcatórios.

§ 4º Se, decorrido o prazo de três anos, a contar da promulgação da Constituição, os trabalhos demarcatórios não tiverem sido concluídos, caberá à União determinar os limites das áreas litigiosas.

§ 5º Ficam reconhecidos e homologados os atuais limites do Estado do Acre com os Estados do Amazonas e de Rondônia, conforme levantamentos cartográficos e geodésicos realizados pela Comissão Tripartite integrada por representantes dos Estados e dos serviços técnico-especializados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998.

REGULAMENTA A EXECUÇÃO DO DISPOSTO
NOS INCISOS I, II E III DO ART. 14 DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

.....

Art. 3º Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e no caso do § 3º do art. 18 da Constituição Federal, o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional, de conformidade com esta Lei.

.....

.....